

Direito Constitucional: Análise do Art. 50º Sobre Atribuições do Congresso Nacional – Explicações e Questões com Gabarito

“Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023\)](#)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994\)”](#)

Explicando

O **Art. 50** da Constituição Federal do Brasil trata das prerrogativas do Poder Legislativo em relação aos Ministros de Estado e a outros órgãos do governo. Este artigo estabelece mecanismos de accountability, ou seja, a responsabilidade dos membros do Executivo em prestar contas ao Legislativo.

Análise do Artigo 50

1. Convocação de Autoridades:

- O caput do artigo estabelece que tanto a **Câmara dos Deputados** quanto o **Senado Federal** (ou suas Comissões) têm o poder de convocar **Ministros de Estado**, titulares de órgãos diretamente subordinados à **Presidência da República** e o **Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços** para fornecer informações sobre assuntos previamente determinados.
- A ausência sem justificativa adequada a essas convocações é considerada um **crime de responsabilidade**. Essa disposição reforça a importância da transparência e do controle sobre as ações do Executivo.

2. Comparecimento por Iniciativa dos Ministros:

- O **§ 1º** permite que os Ministros de Estado compareçam ao Senado, à Câmara ou a suas Comissões de forma voluntária. Eles podem expor questões de relevância relacionadas a seus Ministérios, desde que haja entendimento prévio com as Mesas das respectivas Casas. Isso demonstra uma flexibilidade que incentiva a comunicação entre os Poderes.

3. Pedidos de Informação:

- O **§ 2º** permite que as Mesas da Câmara e do Senado façam pedidos escritos de informações aos Ministros e outras autoridades mencionadas. O não atendimento a esses pedidos, ou a recusa em prestar informações no prazo de 30 dias, é igualmente considerado um crime de responsabilidade. Além disso, a prestação de informações falsas também é punida, reforçando a necessidade de veracidade e integridade nas comunicações entre os Poderes.

Importância do Artigo 50

- **Fortalecimento da Democracia:** O artigo é um componente essencial da separação de poderes, permitindo que o Legislativo exerça sua função de controle e fiscalização sobre o Executivo, um dos pilares da democracia.
- **Transparência e Responsabilidade:** Ao impor a obrigação de prestar contas e a penalização por ausência ou informações falsas, o artigo promove um governo mais transparente e responsável, contribuindo para a confiança pública nas instituições.
- **Interação entre os Poderes:** O dispositivo também estabelece canais de diálogo entre os Poderes, permitindo que os Ministros informem sobre políticas e ações governamentais, o que pode resultar em uma melhor articulação e implementação de políticas públicas.

O Art. 50 da Constituição é fundamental para garantir que o Executivo seja responsabilizado por suas ações e que haja uma interação efetiva entre os Poderes, o que é vital para a saúde da democracia brasileira.

Questões de Múltipla Escolha

1. Sobre a convocação de Ministros de Estado pelo Congresso Nacional, conforme o Art. 50 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas o Senado pode convocar Ministros de Estado, sendo a Câmara dos Deputados isenta dessa prerrogativa.
- b) A convocação pode ocorrer para qualquer assunto, independentemente de prévia determinação.
- c) A ausência de um Ministro à convocação sem justificativa adequada é considerada crime de responsabilidade.
- d) Os Ministros de Estado não têm a obrigação de comparecer ao Congresso, mesmo quando convocados.

2. De acordo com o § 1º do Art. 50 da Constituição, os Ministros de Estado podem comparecer ao Congresso Nacional:

- a) Somente quando convocados.
- b) Apenas se houver uma situação de emergência.
- c) Por iniciativa própria, mediante entendimentos com as Mesas da Câmara ou do Senado.
- d) Apenas para discutir matérias relacionadas à defesa nacional.

3. Conforme o § 2º do Art. 50, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal têm a autoridade de:

- a) Rejeitar pedidos de informação feitos a Ministros de Estado.
- b) Fazer pedidos escritos de informações a Ministros, cuja recusa será punida como crime de responsabilidade.
- c) Conceder aos Ministros o direito de se ausentar sem justificativa quando solicitado.
- d) Determinar o comparecimento dos Ministros sem a necessidade de justificativa.

4. Sobre as consequências da prestação de informações falsas a pedido do Congresso, conforme o Art. 50, é correto afirmar que:

- a) A prestação de informações falsas não acarreta penalidade para o Ministro.
- b) A recusa em prestar informações é considerada um ato de desobediência civil.
- c) A prestação de informações falsas é considerada crime de responsabilidade.
- d) Apenas o Presidente da República pode ser punido por informações falsas prestadas.

5. Qual das alternativas a seguir reflete melhor o papel do Art. 50 no contexto da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo?

- a) O artigo restringe o diálogo entre os Poderes, limitando a accountability.
- b) O artigo estabelece um mecanismo de fiscalização, promovendo a transparência nas ações do Executivo.
- c) O artigo elimina a necessidade de prestação de contas por parte do Executivo.
- d) O artigo permite que os Ministros de Estado ignorem as demandas do Legislativo sem consequências.

Gabarito e Explicações

1. **Alternativa correta: c) A ausência de um Ministro à convocação sem justificativa adequada é considerada crime de responsabilidade.**

Explicação: O Art. 50 da Constituição Federal afirma que a ausência injustificada de Ministros de Estado em convocações feitas pelo Congresso Nacional configura crime de responsabilidade, evidenciando a importância da accountability no relacionamento entre os Poderes.

2. **Alternativa correta: c) Por iniciativa própria, mediante entendimentos com as Mesas da Câmara ou do Senado.**

Explicação: O § 1º do Art. 50 permite que os Ministros compareçam ao Congresso por iniciativa própria, mostrando que eles podem buscar dialogar sobre assuntos relevantes de seus Ministérios sem esperar uma convocação formal.

3. **Alternativa correta: b) Fazer pedidos escritos de informações a Ministros, cuja recusa será punida como crime de responsabilidade.**

Explicação: O § 2º estabelece que as Mesas podem solicitar informações e que a recusa em atender a esse pedido, assim como o não atendimento no prazo estipulado, implica em crime de responsabilidade.

4. **Alternativa correta: c) A prestação de informações falsas é considerada crime de responsabilidade.**

Explicação: O § 2º do Art. 50 determina que a prestação de informações falsas ao Congresso é uma infração grave, também classificada como crime de responsabilidade, visando assegurar a veracidade das informações prestadas ao Legislativo.

5. Alternativa correta: b) O artigo estabelece um mecanismo de fiscalização, promovendo a transparência nas ações do Executivo.

Explicação: O Art. 50 é um importante instrumento de controle legislativo sobre o Executivo, permitindo ao Congresso Nacional requisitar a presença de Ministros para prestar esclarecimentos, o que reforça a transparência e a responsabilidade do governo em suas ações.

Comente quantas questões você acertou!

"A reprodução deste conteúdo é proibida sem a autorização prévia."